

5.1.24. Funções Urbanismo, Saneamento e Habitação

Função Urbanismo

Os investimentos realizados na função Urbanismo, pelo Ministério das Cidades - MCidades, são bastante heterogêneos, incluindo recursos para as mais diversas áreas, tais como regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrôs, trens urbanos, mobilidade urbana, formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de habitação e de saneamento, capacitação de agentes sociais, dentre outras. O quadro e o gráfico seguintes demonstram o crescimento de 123% nos valores aplicados, entre os anos de 2005 e 2009. Importante frisar que os dados referem-se aos valores totais de empenhos realizados pelo Ministério das Cidades, não incluindo os valores de empenho decorrente de descentralizações externas de recursos a outros órgãos da administração pública direta ou indireta.

15 - FUNÇÃO URBANISMO	FUNÇÃO URBANISMO SÉRIA HISTÓRICA DE EXECUÇÃO					
	VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Orçamento Fiscal e Seguridade	1.968	2.058	4.338	4.007	4.379	16.750

Fonte: Siafi Gerencial



Fonte: Siafi Gerencial

O incremento desta função é explicado principalmente pelo aumento dos investimentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e dos recursos de emendas parlamentares para investimentos nos mais de 5.000 municípios brasileiros. No período em análise (2005/2009), os recursos oriundos de emendas parlamentares aumentaram tanto em valores absolutos, bem como em participação no orçamento do MCidades.

Este incremento de recursos decorrente das emendas possibilitou ampliar o apoio à melhoria da infra-estrutura nos municípios brasileiros. Quanto aos investimentos em urbanismo via Programa de Aceleração do Crescimento, vale esclarecer que a grande maioria dos investimentos destinou-se à Urbanização de Assentamentos Precários. Os investimentos em urbanização de assentamentos precários saltaram de R\$ 194 milhões, em 2005, para R\$ 1,3 bilhão, em 2009, ou seja, um acréscimo de 570% no volume de recursos, conforme gráfico:



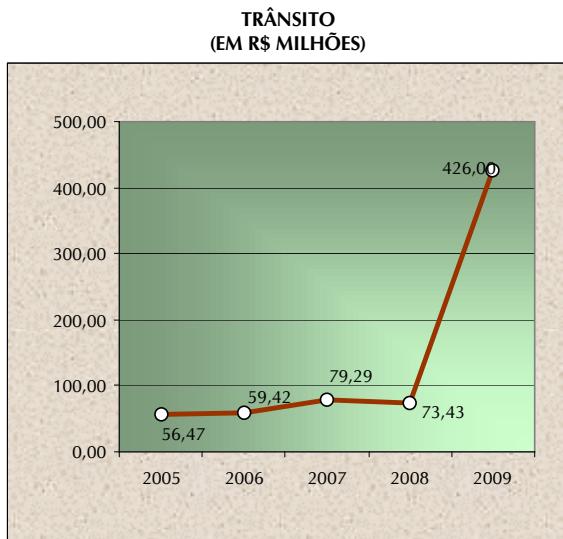
Fonte: Siafi Gerencial

A série histórica dos valores empenhados para Urbanização de Assentamentos Precários nos últimos cinco anos demonstra um incremento significativo dos valores empenhados em 2007, relativamente ao exercício de 2006, em decorrência de sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Já o exercício de 2009 apresentou um incremento dos valores empenhados, da ordem de 7,5%, em relação a 2008. Em 2009, foram iniciados 54 empreendimentos de urbanização por intermédio do PAC, com recursos oriundos do OGU.

Estes 54 empreendimentos totalizam R\$ 701,7 milhões e beneficiarão mais de 47 mil famílias quando as obras forem concluídas. Cabe informar a conclusão de três empreendimentos, cujos investimentos totalizam R\$ 25,4 milhões e beneficiaram 1.860 famílias. Destaca-se ainda, o aumento dos investimentos realizados na área de Trânsito. Até 2008, a maior parte dos investimentos destinava-se à manutenção do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Além do fortalecimento desse importante Sistema, conseguiu-se executar campanhas educativas veiculadas em âmbito nacional e apoiar projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.



Fonte: Siafi Gerencial

Na ação de apoio a projetos destinados à redução de acidentes de trânsito, foram assinados em 2009 contratos de repasse com 499 municípios. A execução desta ação ocorreu por intermédio da descentralização de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) para a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB/MCidades no valor de R\$ 186 milhões em 2009. Já para as campanhas educativas foram destinados R\$ 120 milhões, sendo integralmente empenhado no exercício. Estas campanhas foram

veiculadas em âmbito nacional, atingindo 95% da população brasileira.

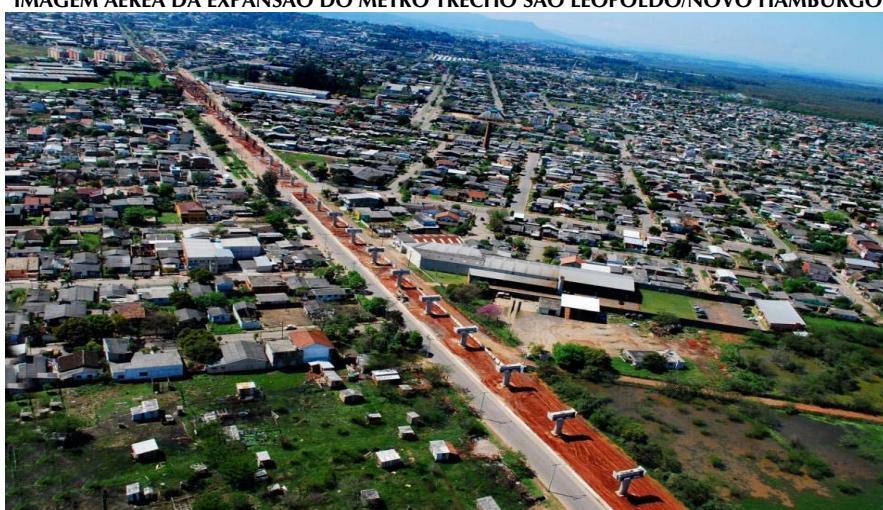
Os investimentos realizados nos sistemas de trens urbanos apoiados pelo Ministério das Cidades conseguiram avanços importantes nos últimos 5 anos. No sistema de trens de Porto Alegre, no período compreendido entre 2005 a 2007 os investimentos se situaram entre 1,5 e 3,7 milhões, enquanto em 2009 chegaram a R\$ 258 milhões.

Os principais fatores foram: a expansão da linha de metrô - Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo (R\$ 250 milhões), a modernização do sistema (R\$ 7 milhões) e a implantação de sistema de eficiência energética (R\$ 0,94 milhão), conforme demonstrado no gráfico seguinte.



Fonte: Siafi Gerencial

IMAGEM AÉREA DA EXPANSÃO DO METRÔ TRECHO SÃO LEOPOLDO/NOVO HAMBURGO



O ano de 2009 confirma o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos cinco sistemas metro-ferroviários operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que transportaram 110,5 milhões de passageiros no ano. Esses números representam o melhor resultado dos últimos 16 anos, com uma média diária de 370,3 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 4,2% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificados situaram-se, respectivamente, em 6,7% e 2,5% acima dos números atingidos no ano anterior.

A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$ 105,3 milhões, superando em 5,8% a obtida no ano de 2008. Cabe lembrar que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes.

O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 0,8% em relação ao apurado em 2008, totalizando R\$ 283,9 milhões. Destaca-se também a expressiva elevação nos níveis alcançados no tocante à Taxa de Cobertura Plena, decorrente da relação entre demandas e receitas crescentes – apesar das limitações nas tarifas praticadas em quatro dos cinco sistemas – Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, nesses três últimos casos em R\$ 0,50 – e custos decrescentes. A Taxa de Cobertura Plena média em 2009 foi de 35,5%, contra os 33,0% observados em 2008.

Outra área de atuação do MCidades enquadrada na função Urbanismo refere-se às políticas de Mobilidade Urbana nos municípios brasileiros. Nesta área, consolidou-se em 2009 o Projeto de Lei da Mobilidade cujo objetivo fundamental é promover a integração entre os diversos modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades – marco importante para a regulação do setor na área de Transporte e Mobilidade Urbana, recomendando sua apresentação ao Congresso Nacional. Nesse segmento, ressalta-se ainda a 5º edição anual do Programa Bicicleta Brasil, que promoveu a campanha “Dia sem Carro”, reunindo setores do governo e da sociedade com o intuito de refletir sobre o modelo atual de Mobilidade e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

Com vistas à COPA 2014, diversas propostas de empreendimentos foram selecionadas com base em critérios de adequação ao sistema de transporte público urbano local e contribuição para a ligação e acesso entre aeroporto e rodoviária, com os estádios e a rede hoteleira.

O Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC foi desenvolvido com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal.

Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base de dados informações de diversas fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - Datasus, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, entre outras, totalizando mais de 1200 indicadores para cada município brasileiro. O SNIC foi desenvolvido em software livre (Java, PHP e PostgreSQL) e permite a seleção, o cruzamento e a visualização espacial de diversas variáveis em um mapa, no qual também estão incorporadas fotos de satélite de alta resolução das principais regiões brasileiras.

A implementação do sistema passa pela disponibilização, via Internet, de dados georreferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre, em consonância com a orientação do Governo Federal, a fim de garantir uma maior interoperabilidade entre os sistemas de informações, possibilitando auditorias aos códigos-fonte dos programas visando preservar a segurança e privacidade dos dados e diminuindo os custos com licenças de softwares, entre outros. O acesso ao sistema pode ser efetuado no sítio www2.cidades.gov.br/geosnic.

Além das ações de capacitação realizadas na área, destacam-se ainda a compra e distribuição gratuita aos respectivos municípios de 50.000 km² de imagens de satélite da área urbana, bem como o envio de 30.000 kits didáticos contendo aplicativos de grande utilidade para a gestão territorial, composto por um conjunto de softwares, bancos de dados geográficos e manuais especialmente desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

No que se refere ao Conselho das Cidades, foram realizadas, em 2009, quatro reuniões. Na 20ª Reunião, realizada em março, foram aprovadas pelo Plenário do Conselho e publicadas no Diário Oficial da União, Resoluções Recomendadas tratando de diretrizes para o Programa Minha Casa Minha Vida; da adoção de medidas que previnem despejos e de orientações sobre mobilidade urbana e para desoneração do Transporte Público. Em julho, na 21ª Reunião, foram aprovadas Resoluções Normativas indicando participantes para atuar em nome do Conselho no Grupo Executivo do Programa Terra Legal e instituindo o Grupo de Trabalho para debater o Serviço de Moradia Social. O Conselho também elaborou e aprovou como Resolução Administrativa, o Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades, e ainda, Resoluções Recomendadas abordando questões nas áreas de planejamento urbano e saneamento. Na Reunião de outubro foram aprovadas e publicadas Resoluções que ressaltam a importância da constituição de conselhos e a realização de conferências pelos estados e municípios e pelo aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº. 1.687/2007, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e dá outras providências.

As questões atinentes à regularização fundiária têm por um dos objetivos acelerar os processos de regularização fundiária no Brasil. Para isto, o Ministério apóia projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas. O tema fundiário também foi objeto de investimentos no PAC por intermédio das ações de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários. De acordo com dados do monitoramento, estão sendo realizadas atividades de regularização fundiária em 2.592 assentamentos localizados em 385 municípios brasileiros.

Os resultados apresentados na tabela seguinte encontram-se discriminados em ações que possuem: apoio direto do Governo Federal (com recursos do Orçamento Geral da União, além da regularização dos imóveis da União a cargo da Secretaria do Patrimônio da União) e apoio indireto (apoio técnico, capacitação, legislação etc.). Os números demonstram que o tema da regularização fundiária entrou efetivamente para as agendas municipais e estaduais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

	FAMÍLIAS COM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO INICIADO	TÍTULOS CONCEDIDOS	TÍTULOS REGISTRADOS EM CARTÓRIO
APOIO DIRETO	1.418.381	320.686	111.773
APOIO INDIRETO	290.197	51.513	25.319
TOTAL	1.708.378	372.199	137.092

Fonte: Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades

Observação: não estão incluídas as informações referentes às intervenções de urbanização de favelas desenvolvidas no âmbito do PAC.

Importante destacar a publicação da Lei nº 11.977/2009, que estabelece instrumentos e procedimentos para simplificar e acelerar processos, como a demarcação urbanística, a legitimação de posse e novos procedimentos de licenciamento urbanístico e ambiental, e da Lei nº 11.952/2009 que autoriza a doação das terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que não cumprem função agro-pastoril em áreas urbanas aos municípios amazônicos, contribuindo para o desenvolvimento urbano dos municípios amazônicos de forma sustentável.

Outro foco de atuação governamental é a prevenção de desastres sócio-ambientais em áreas urbanas. O objetivo é promover a prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários, por intermédio de apoio a projetos que visem a capacitação de equipes municipais; a elaboração de planos municipais de redução de riscos; e a elaboração de projetos para estabilização de encostas.

Desde o início de sua operação, o Ministério das Cidades já apoiou 64 municípios na elaboração de *Planos Municipais de Redução de Riscos* (PMRRs) em 12 estados, sendo que 34 já foram concluídos. Além disto, apoiou 15 municípios na elaboração de projetos básicos para estabilização de encostas consideradas prioritárias nos respectivos PMRRs. Importante ressaltar que os planos municipais de redução de riscos consistem na maior contribuição dentro da função urbanismo, considerando que o diagnóstico e o plano de obras, componentes intrínsecos do plano, objetivam planejar as intervenções a serem realizadas nas áreas de risco, a partir de critérios técnicos e de uma escala de prioridades elaborada.

Quanto ao Ordenamento Territorial, no período de 2003 a 2006, foi apoiada a quase totalidade de municípios que tinham a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores até outubro de 2006, por meio de repasse direto de recursos ou por meio de oficinas de capacitação e

sensibilização, com destaque para a Campanha Nacional “Plano Diretor Participativo”.

Já a partir de 2007, a ação foi direcionada a atender a demanda dos municípios relativa ao apoio, por meio de assistência técnica e da capacitação de equipes municipais e da sociedade, de modo a melhorar as condições dos municípios na promoção da gestão dos instrumentos de planejamento e de gestão urbana. Nesse sentido foram celebrados convênios com entidades e Governos Estaduais para o apoio à implementação de Zonas Especiais de Interesse Social e capacitação técnica. Também foi concebido o projeto Rede Nacional de Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos, que articulou a formação de uma rede de pesquisadores em todos os estados para avaliar 526 Planos Diretores. Esse projeto também prevê a realização de atividades de capacitação em todos os estados com base nas conclusões obtidas nas análises dos Planos Diretores.

Para superar os sucessivos contingenciamentos, o programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais tem se focado na promoção de ações de cooperação e articulação federativa, que não envolvem o apoio direto com recursos financeiros. Nesse sentido, foram assinados acordos internacionais com a França, a Espanha e a Itália, e acordos de cooperação técnica em áreas estratégicas como o Porto do Rio de Janeiro, o Complexo Cultural Recife-Olinda e o centro antigo de Salvador. Por meio destes acordos, o Ministério das Cidades apóia institucionalmente as ações integradas, promovendo articulações e parcerias para a obtenção de financiamentos e subsídios, disponibilizando informações e indicadores e acompanhando, divulgando e avaliando as ações de reabilitação.

Além disso, a equipe do programa participou da discussão de formas de parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para a implementação

do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas. Nesta discussão, a idéia é definir a atuação do Ministério das Cidades nas linhas estratégicas ligadas à requalificação urbanística; à infraestrutura urbana e social e à recuperação de monumentos e imóveis públicos. Buscando o aproveitamento de imóveis urbanos ociosos, foram desenvolvidos trabalhos conjuntos com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU e com o Ministério dos Transportes para permitir a alienação de imóveis públicos para programas de regularização fundiária e de provisão habitacional de interesse social.

Estes trabalhos resultaram no aperfeiçoamento da legislação existente sobre o assunto e em uma ação pioneira - que envolveu o MCidades, o INSS, a SPU, a

Caixa Econômica Federal e os movimentos sociais de luta pela moradia - de identificação e destinação de imóveis não operacionais do INSS para programas habitacionais do Governo Federal. Como resultado, em 2009, a União comprou 27 imóveis do INSS que serão destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida em 2010.

Outro grande passo foi dado com as discussões junto ao Conselho das Cidades e os diversos parceiros do Ministério das Cidades para a instituição do Serviço de Moradia Social, serviço público gratuito que visa garantir moradia digna para a população de baixa renda em áreas centrais ou dotadas de infra-estrutura. As discussões culminaram na apresentação do Projeto de Lei nº 6342/2009 e na criação de um grupo de trabalho no Conselho das Cidades para aprofundar a questão ao longo do ano de 2010.

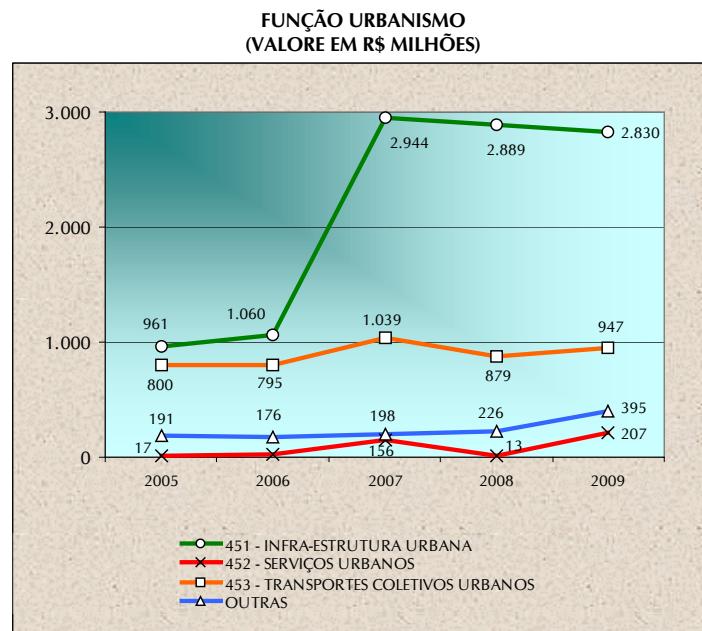
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÃO		EXECUÇÃO DA SUBFUNÇÃO URBANISMO EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE URBANISMO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
451 – Infra-Estrutura Urbana	2.830	77,3	656	91,1	3.486	79,5
452 – Serviços Urbanos	207	68,6	-	-	207	68,6
453 – Transporte Coletivo Urbano	947	89,8	-	-	947	89,8
Outras Subfunções	395	83,9	-	-	395	83,9
TOTAL	4.379	79,8	656	91,1	5.035	81,1

Fonte: Siafi Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados por subfunções da função urbanismo nos últimos cinco anos.



Fonte: Siafi Gerencial

Conforme se verifica no gráfico acima, o aumento da execução em Urbanismo também é explicado pelo incremento dos investimentos em urbanização de assentamentos precários e em infra-estrutura urbana via emendas parlamentares. Destaca-se ainda a estabilidade no volume de investimentos nas demais subfunções, haja vista não apresentarem acréscimos ou reduções relevantes.

Função Saneamento

Principais resultados da atuação governamental

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, define-o como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios a promoção de programas que visem à melhoria das suas condições. Assim sendo, vários são os agentes atuantes no setor, envolvendo os diversos entes da Federação.

Na esfera federal têm atuação em saneamento o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros.

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a delimitação das competências institucionais a fim de evitar a superposição das atividades.

SANEAMENTO / SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

17 - FUNÇÃO SANEAMENTO	VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO - 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçamento Fiscal e Seguridade	87	48	1.555	1.781	2.926	6.398

Fonte: Siafi Gerencial



Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se um aumento bastante expressivo, superior a 3.000%, dos valores empenhados nos anos de 2007 e 2008 em relação a 2006. Tal incremento se deve à elevação do nível de investimentos no setor em função do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, confirmado a importância atribuída a essa política no âmbito federal.

Em 2009, o valor empenhado volta a dar um salto se comparado ao ano anterior. A elevação de mais de 64% entre os montantes empenhados em 2008 e 2009 reforça a percepção do aumento do ritmo de execução das obras do PAC no último ano.

Em termos de recursos não onerosos, no âmbito do Ministério das Cidades, em 2009, foi autorizada a dotação de R\$ 3,11 bilhões para a função Saneamento, dos quais R\$ 2,93 bilhões foram empenhados, o que corresponde ao comprometimento de mais de 94% do montante autorizado.

Os principais investimentos em 2009 foram em saneamento integrado (R\$ 1,09 bilhão), esgotamento sanitário (R\$ 911,94 milhões), abastecimento de água (R\$ 488,80 milhões) e drenagem urbana (R\$ 403,99 milhões).

Quanto ao desembolso efetivado em 2009, foram pagos R\$ 839,88 milhões do total empenhado no exercício, além de outros R\$ 781,32 milhões de restos a pagar de exercícios anteriores.

No contexto legal/institucional, ao longo de 2009, deu-se continuidade ao processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, cuja conclusão está prevista para meados de 2010. Cabe destacar que, por meio do Decreto nº 6.942, de 18/08/09, foi instituído o período 2009-2010 como o Biênio Brasileiro do Saneamento e instituído Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI-PLANSAB).

O objetivo desse Decreto foi não apenas marcar o compromisso do Brasil com o avanço do setor, mas consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, por meio da articulação de esforços dos diversos órgãos do Governo Federal e da sociedade civil nesse processo.

No que tange aos indicadores, cabe salientar que a característica plurianual das iniciativas de saneamento dificulta o processo de avaliação dos resultados da atuação governamental no setor num único exercício. Entretanto, cabe comentar os avanços registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cuja versão com dados de 2008 foi divulgada em setembro de 2009. Tal pesquisa revela um incremento do acesso aos serviços de abastecimento de água no país nos últimos anos. Em 2002, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 81,9% e em 2008 passou para 83,9%.

Em termos absolutos, foi identificado o real incremento de 9,3 milhões de domicílios atendidos por este serviço, passando de 38,9 milhões em 2002 para 48,3 milhões de domicílios servidos por este serviço em 2008.

Avanços também foram representativos em relação aos serviços de esgotamento sanitário. Em 2002, existiam 32,3 milhões de domicílios no país cobertos por rede coletora e fossa séptica, o que representava 68,1% do total de domicílios. Em 2008, este número subiu para 42,1 milhões de domicílios, representando 73,17% do total.

O crescimento dos indicadores de acesso aos serviços de esgotamento sanitário nos últimos anos reflete, em grande parte, a retomada dos investimentos federais em saneamento, além da inversão na prioridade dada a esses serviços a partir de 2007, cujos investimentos superaram os valores alocados em abastecimento de água, contrariando a tendência historicamente registrada.

Com relação à coleta de resíduos, em 2002, 36,7 milhões de domicílios eram atendidos por este serviço, o que representava 77,3% do total. Já em 2008, o total de domicílios atendidos foi de 50,5 milhões, representando 87,9% do total. O crescimento absoluto foi de 13,8 milhões de domicílios.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

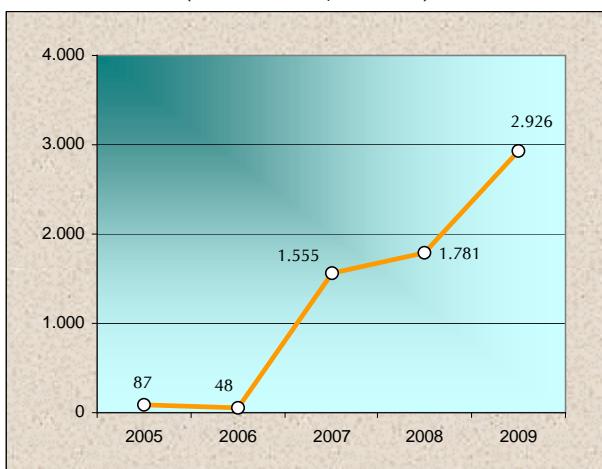
em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO POR SUBFUNÇÃO		EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO EM OUTRAS SUBFUNÇÕES		TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE SANEAMENTO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
512 - Saneamento Básico Urbano	2.926	94,0	1,3	86,6	2.927	94,0
511 – Saneamento Básico Rural	-	-	-	-	-	-
Demais	0,8	87,9	-	-	0,8	87,9
TOTAL	2.926	94,0	1,3	86,6	2.928	94,0

Fonte: Siafi Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SUBFUNÇÃO 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO (VALORES EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

O gráfico ao lado apresenta a evolução dos valores empenhados na subfunção 512 - Saneamento Básico Urbano, nos últimos cinco anos. Conforme se verifica, os investimentos realizados na função saneamento utilizaram basicamente a subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano, uma vez que o público-alvo é a população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Função Habitação

Principais resultados da atuação governamental

Os recursos alocados na função Habitação visam ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. A tabela seguinte apresenta o comparativo dos valores empenhados na função nos últimos cinco anos. Pode-se observar uma elevação do valor empenhado no ano de 2008 em comparação com 2007, já o exercício de 2009 apresentou uma leve queda de aproximadamente 3 % em relação ao exercício anterior.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

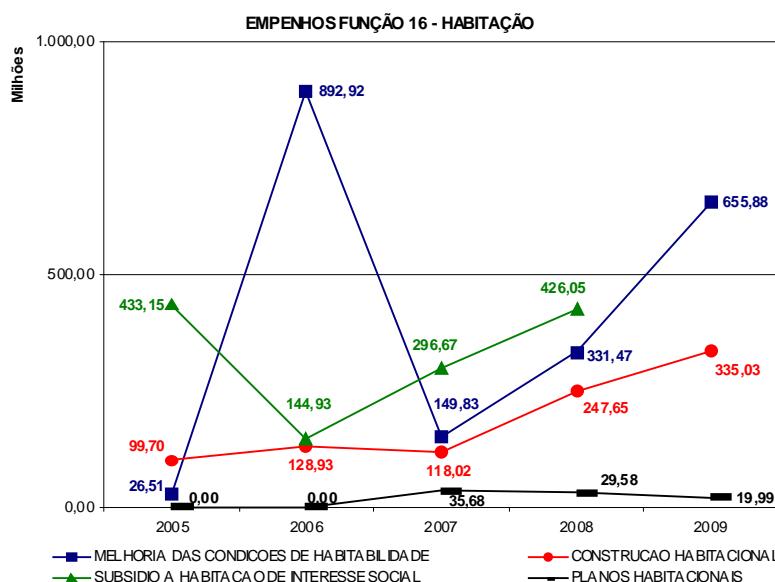
em R\$ milhões

HABITAÇÃO	VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO 16 (HABITAÇÃO) 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	560	1.167	600	1.045	1.011	4.383

Fonte: Siafi Gerencial

O Ministério das Cidades possui quatro linhas principais de atuação na função habitação: 1) a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários; 2) construção de habitações de interesse social, 3) subsídios à habitação de interesse social e 4) apoio à elaboração dos planos habitacionais de interesse social. O gráfico a seguir apresenta o volume de recursos empenhados nas quatro principais áreas de atuação do Ministério, em habitação. A inclusão do tema habitacional no escopo do Programa de

Aceleração do Crescimento foi de grande importância para o setor e possibilitou importantes avanços. Os investimentos no subsídio à habitação de interesse social possibilitaram que um grande número de famílias de baixa renda tivesse acesso ao financiamento da casa própria. Os recursos na melhoria das condições de habitabilidade e na construção de casas também apresentaram um crescimento constante a partir de 2007.



Fonte: Siafi Gerencial

O Programa de Aceleração do Crescimento também inclui em sua agenda o apoio aos municípios na elaboração de seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social. As elaborações destes Planos são de grande valia para o setor e visa atender requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que exige que a aplicação dos recursos do FNHIS se dê aos entes que possuam Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda.

Faz-se importante frisar que o gráfico acima não considera os valores executados no Programa Minha Casa, Minha Vida, haja vista que orçamentariamente as sua execução é

realizada na função 28 – Encargos Especiais, muito embora seja relacionado à habitação. Somente no Programa Minha Casa, Minha Vida, foram aplicados mais de R\$ 5 bilhões em 2009.

Conforme 8º balanço do PAC – 2º quadrimestre de 2009, o número de empreendimentos financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS/OGU que se encontram no estágio “em obras” vem apresentando melhorias. Os empreendimentos no estágio “ações preparatórias” também estão melhorando, haja vista a redução detectada nas últimas medições.

A tabela subsequente apresenta as despesas empenhadas no exercício de 2009, referentes às subfunções da função Habitação, que corresponderam a 82,70% da dotação da função, sendo que a subfunção "Infra-Estrutura Urbana" foi

responsável por 64,88% da totalidade desses empenhos. A tabela a seguir apresenta, ainda, as despesas empenhadas nas subfunções da habitação executadas em outras funções.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO - 2009

SUBFUNÇÃO	FUNÇÃO HABITAÇÃO POR SUBFUNÇÕES		SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
481 - Habitação Rural	-	-	-	-	-	-
482 - Habitação Urbana	355	70,5	4	40,3	359	69,9
451 - Infra-Estrutura Urbana	656	91,1	-	-	656	91,1
TOTAL	1.011	82,6	4	40,3	1.015	82,3

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

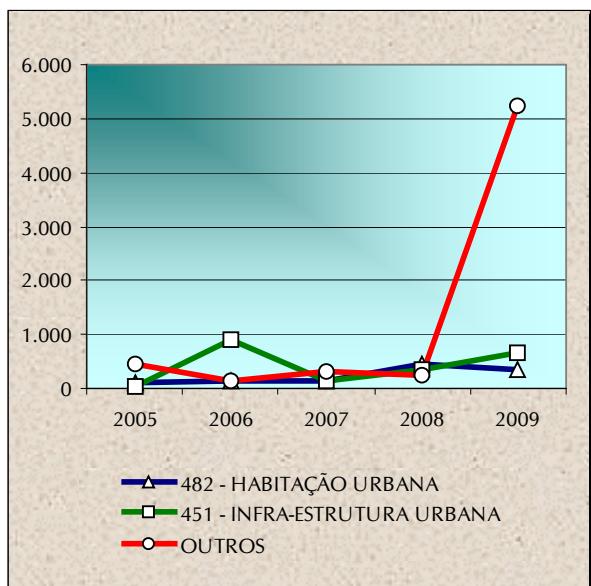
As subfunções ligadas a Habitação mantiveram uma média de R\$ 876,6 milhões ao longo dos cinco anos. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados nas ações relacionadas à função Habitação, incluindo subfunções vinculadas a Outras Funções, tais como Encargos Especiais, as quais apresentaram ações relacionadas especificamente com a função Habitação nos últimos cinco anos.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES RELACIONADAS À FUNÇÃO HABITAÇÃO

	2005	2006	2007	2008	2009
482 - HABITAÇÃO URBANA	100	129	154	466	355
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	26	893	150	331	656
OUTROS	434	145	297	248	5250

Fonte: Siafi Gerencial

VALORES EMPENHADOS (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

A redução observada na subfunção 451 deve-se ao fato de que os valores alocados na ação 10S3 - Urbanização de Assentamentos Precários (aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano), foram computados no Programa 1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, função Urbanismo.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV integra a função de governo Encargos Especiais, mas desempenha atividades típicas da função Habitação.

Criado em 25/03/2009, pela MP nº 459, transformada na Lei 11.977/2009, o Programa tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O PMCMV tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anti-cíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro, refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda.

O segundo, parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda.

Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja, o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.

Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda até dez salários mínimos.

O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até 600.000 financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV.

No ano de 2009 o Programa atingiu 100% de execução, com empenho na ordem de 5,2 bilhões.

Análise dos Programas Estruturantes

Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Este é um dos principais programas gerenciados pelo Ministério das Cidades e tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Contempla iniciativas relacionadas à elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental; financiamento a estados e municípios e concessionárias estaduais e municipais para projetos de saneamento ambiental integrado; planejamento, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; implantação de melhorias sanitárias domiciliares; apoio técnico com vistas à sustentabilidade dos sistemas implantados; apoio técnico e financeiro ao controle da qualidade da água para consumo humano; fomento à “Educação Ambiental e em Saúde” voltada para o saneamento; remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas; além de estudos e projetos demonstrativos direcionados ao controle da poluição hídrica.

Compreende ações viabilizadas a partir de recursos onerosos e não onerosos, sendo a maior parte delas gerenciadas no âmbito do Ministério das Cidades. Algumas são implementadas pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Ministério da Saúde e Agência Nacional de Águas – ANA/Ministério do Meio Ambiente.

Em 2009, em termos de recursos do OGU viabilizados via MCidades para o Programa 0122, foi autorizada a dotação de R\$ 1,49 bilhão, dos quais R\$ 1,41 bilhão foram empenhados, correspondendo a 95% do total.

Foram pagos R\$ 398,89 milhões do montante empenhado, além de outros R\$ 477,69 milhões em restos a pagar de exercícios anteriores. Ao final do ano, 253 obras se encontravam em andamento, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 4,58 bilhões.

Destas, 48 obras foram iniciadas, abrangendo recursos da ordem de R\$ 537,93 milhões, sendo que as demais já haviam se iniciado em anos anteriores. Foram assinados 18 novos contratos no ano, totalizando investimentos de aproximadamente R\$ 463,66 e concluídos 6 empreendimentos, que juntos perfazem o montante de R\$ 18,07 milhões.

Dos empreendimentos em andamento, merecem destaque, seja por se trarem de obras de grande porte, seja pelo potencial benefício em termos de preservação ambiental: i) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO (Etapas 1 e 2) – R\$ 424,17 milhões; ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto Velho/RO – R\$ 114,61 milhões; iii) Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos de Cuiabá/MT (preservação do Pantanal, mediante elevação do nível de coleta de 39% para 70% e do nível de tratamento de 29% para 70%) – R\$ 124,00 milhões - ; iv) Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Entorno Sul do Distrito Federal/GO (Sistema Corumbá IV) – R\$ 117,30 milhões; v) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de São Luís/MA – R\$ 111,00 milhões; vi) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alvorada e Viamão/RS – R\$ 107,12 milhões; vii) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Esteio e Sapucaia do Sul/RS – R\$ 105,80 milhões; dentre outros.

Programa Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Para viabilizar a descentralização dos sistemas de trens urbanos para os estados e municípios, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas destinados a sua expansão ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços. Ademais, este Programa se destaca como objetivo de Governo para promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

Com uma dotação orçamentária aprovada de R\$1,08 bilhão, foram empenhados R\$1,02 bilhão, ou seja, 94,4% do total aprovado. Dos seis sistemas sob administração federal, cinco são operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

De uma dotação autorizada no valor de R\$673 milhões, a empresa executou R\$ 617 milhões, indicando um percentual de 91%. Foram aprovados e aplicados recursos orçamentários nas ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários.

Foi realizado em 2009 convênio para a realização de Estudos e Projetos de Engenharia para a Implantação do Veículo Leve sobre trilhos-VLT ligando São Bernardo do

Campo a São Paulo e também uma descentralização de créditos para a recuperação da estação central de Maceió.

No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 VLT (Veículos Leves sobre Trilhos), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo.

O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife/Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período. Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado/Vilarinho).

A aprovação de crédito suplementar ao orçamento para as Linhas 2 (Barreiro/Hospitais) e 3 (Pampulha/Savassi) permitiu a retomada do projeto executivo que estava paralisado desde 2007.

Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12.000 passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa/Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevado na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Destaca-se, também, a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricos (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia.

Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada/Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUE e 2 locomotivas.

Os investimentos no sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste.

No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevado no Pólo de Parangaba, com 3,3 km de extensão, e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas.

Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos.

Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto de Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal e João Pessoa, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que se constituem nos maiores problemas a serem superados.

No entanto, os esforços envidados ainda não surtiram o efeito desejado, o que é esperado em 2010. No sistema de Maceió, já foi verificada uma melhoria substancial na demanda atendida, a qual atingiu, em dezembro, 163,0 mil passageiros transportados, valor superior em 5,1% ao auferido em 2008.

Os recursos aprovados e disponibilizados em 2009 permitiram a contratação do projeto executivo de engenharia, da fabricação e fornecimento de 8 VLT e da execução das obras civis, visando uma remodelação de todo o sistema, com a expectativa de um grande avanço físico durante 2010.

A Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB opera o sistema na capital gaúcha. Com uma dotação orçamentária aprovada de R\$ 409,19 milhões, executou R\$ 403,95 milhões, com um percentual de execução de 98,7% do total.

Como destaques da execução orçamentária, foram aplicados recursos na expansão da Linha 1, trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo, no valor de R\$ 250,00 milhões. Com a obra em plena atividade, a sua execução física está desdobrada em cinco frentes, correspondentes à implantação do elevado metroviário - 9,30 km.

Acrescente-se ainda 2 estações de passageiros - Rio dos Sinos e Liberdade, o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais e a aplicação de R\$ 7,0 milhões na modernização do sistema de freios dos trens, no sistema multimídia, dentre outros.

O Indicador definido no Plano Plurianual - PPA previu 45.621.940 passageiros transportados no sistema de Porto Alegre em 2009. Foram transportados 44.404.858 passageiros, apresentando uma redução de 5,59% em relação ao resultado alcançado em 2008, correspondendo a um decremento de 2.630.902 passageiros.

Dentre os principais motivos que contribuíram para redução no quantitativo de passageiros transportados cítase a greve dos metroviários (02/06/09 a 16/06/09), as férias escolares prolongadas, dentre outros.

**COMPARATIVO PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
NO SISTEMA – 2009 X 2008**

	2008	2009
JAN	3.525.155	3.375.861
FEV	3.239.482	2.997.589
MAR	3.901.626	4.000.118
ABR	3.967.979	3.813.274
MAI	3.936.405	3.846.788
JUN	3.906.303	2.758.562
JUL	3.993.496	3.808.548
AGO	4.172.713	3.806.570
SET	4.224.169	3.961.473
OUT	4.232.913	4.093.132
NOV	4.042.755	3.909.486
DEZ	3.892.764	4.033.457
TOTAIS	47.035.760	44.404.858

Fonte: TREN SURB

**Programa Segurança e Educação no Trânsito:
Direito e Responsabilidade de Todos**

O Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país. De uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 534,100 milhões, o programa executou, através do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, R\$ 425,995 milhões, com uma execução percentual de 79,76%.

O DENATRAN, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo precípua de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade promovendo, desta forma, a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes de trânsito no país.

Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos

transportadores de cargas em 12 estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada “Pela Estrada Afora”, veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infanto-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os municípios. Destaca-se, também, a distribuição do material educativo “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental” para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 municípios integrados ao SNT.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, spots de rádios, folders e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 spots sob os slogans “Seja educado no trânsito como você é na sua vida”, “Motorista legal é motorista consciente”, “Pedestre legal é pedestre consciente”, “Motociclista legal é motociclista consciente”, além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do movimento “Dia sem carro”.

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos SINIAV, sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com consequente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar, a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (air-bag e freio ABS), e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Este Programa possui como objetivo “reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país”, onde ocorrem aproximadamente 35 mil mortes por ano. Temos a seguir os índices apurados nos exercícios de 2008 e 2009, elaborados a partir dos indicadores considerados na avaliação da atuação do Denatran ao desempenhar suas competências:

	2008		2009	
	PREVISTO	APURADO	PREVISTO	APURADO
Índice de Acidentes com Vítimas Fatais por 10 mil veículos	6,3	6,8	6,3	6,5
Índice de Acidentes com Vítimas por 10 mil veículos	91,1	75,3	91,1	75,2
Frota Registrada		49.644.025		54.159.864

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e Ministério da Saúde

Embora os índices previstos para redução do número de acidentes com vítimas fatais não tenham sido alcançados, pode-se perceber que, apesar do significativo aumento da frota em 9,1%, houve redução daqueles índices no exercício de 2009 em relação a 2008. Devem ser considerados na avaliação dos resultados os instrumentos legais instituídos (Resoluções e Deliberações do CONTRAN, Portarias do Denatran e outros), os programas educativos implementados, os estudos técnicos realizados e demais ações desenvolvidas pelo Denatran com vistas a aumentar a segurança de motoristas, pedestres e usuários do trânsito e reduzir a impunidade dos condutores infratores.

Programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

No âmbito da Função Encargos Especiais (28), subfunções Outras Transferências (845) e Outros Encargos Especiais

(846), as seguintes operações especiais compõem o Programa Minha Casa, Minha Vida: Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais, Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 habitantes e Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

O Programa prevê um aporte de R\$ 34 bilhões de recursos, sendo R\$ 25,5 bilhões do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais, e, ainda, R\$ 1 bilhão, do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva, conforme detalhamento abaixo.

AÇÃO	LIMITE (EM R\$ MILHÕES)
FAR – OGU	14.000,00
FDS – OGU	500,00
Mun. até 50 mil habitantes – OGU	1.000,00
PNHR– OGU	500,00
PNHU (OGU + FGTS)	10.000,00
FGHAB – OGU	2.000,00
BNDES – OGU (equalização de juros)	5.000,00
BNDES (cadeia produtiva)	1.000,00
TOTAL	34.000,00

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Em 2009, o PMCMV executou 100% dos recursos previstos no Orçamento Geral da União:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - 2009

COD	PROGRAMA	HABITAÇÃO		DEMAIS		TOTAL		em R\$ milhões
		EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	
0909	Op. Especiais: Outros Encargos Especiais	-	-	5.250	100	5.250	100	
	TOTAL	-	-	5.250	100	5.250	100	

Fonte: Siafi Gerencial

O Programa Minha Casa, Minha Vida recebeu 3.219 propostas de empreendimentos com 656.368 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 39,02 bilhões no exercício de 2009. Com relação às contratações, foram firmados contratos de 275.528 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R\$ 14,08 bilhões, conforme demonstrativo a seguir. Desses unidades contratadas, 217.906 são referentes a contratações com empresas do setor da construção civil e 57.622 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

PROPOSTAS CONTRATADAS NO PMCMV - 2009

FAIXA	TOTAL	
	UNIDADES HABITACIONAIS	R\$
0 a 3 SM	168.926	6.943.976.226
3 a 6 SM	75.620	4.656.923.088
6 a 10 SM	30.982	2.478.586.973
TOTAL	275.528	14.079.486.287

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida de acordo com o déficit habitacional nos estados da federação sendo que, até a referida data, os estados do Acre, Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até três salários mínimos. Considerando que as operações especiais acima não integram o Plano Plurianual 2008-2011, não há indicadores discriminados para o programa. Não obstante, considera-se que o volume de contratações constitui um parâmetro válido para a

mensuração da efetividade da ação governamental no bojo da qual tais operações especiais estão inseridas.

Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

O programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários representou 64,88% dos valores empenhados na função de Habitação em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA EM 2009

em R\$ milhões

COD	PROGRAMA	URBANISMO		DEMAIS		TOTAL	
		EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
1128	Urban. Regul. Fundiária e A. Precários	1.313	94,09	1.747	96,48	3.060	95,44
	TOTAL	1.313	94,09	1.747	96,48	3.060	95,44

Fonte: SIAFI Gerencial

Nota 1 = % Empenhado / Dotação Autorizada

Nota 2 = A coluna “Demais Empenhado %” refere-se aos empenhos do programa 1128 que pertencem à função de habitação e saneamento.

Os indicadores utilizados no Plano Plurianual - PPA para o programa de urbanização são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza micro dados do censo demográfico 2000, com atualização anual baseada nas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios – PNAD.

A dificuldade de utilização de outros indicadores é causada pelo fato de outras variáveis influenciarem nas condições habitacionais da população, como por exemplo, a disponibilidade de crédito para a produção habitacional, que é afetada, inclusive, pela conjuntura econômica.

Com isto, a Política Nacional de habitação deve ser analisada de forma integral, uma vez que, a conclusão dos projetos habitacionais leva em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade e atender plenamente as necessidades das famílias beneficiadas; dada a complexidade dos problemas enfrentados na maioria das intervenções.

Nos últimos anos pode-se observar uma tendência de melhoria das condições de vida da população. Em termos proporcionais, o déficit habitacional relativo (nº de domicílios que compõem o déficit / total de domicílios do país) vem diminuindo desde 1991, conforme especificado a seguir:

ANO	1991	2007	2008
DÉFICIT RELATIVO	15,40%	11,10%	10,00%

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A partir de 2007, verifica-se uma tendência de redução do déficit habitacional, em termos relativos e absolutos, pois o número de domicílios do déficit de 2006 para 2007 caiu de 7,9 milhões para 7,2 milhões, respectivamente.

As análises preliminares da PNAD 2008, divulgada em 2009, indicam uma provável manutenção desta tendência.

Uma das referências do programa 1128 é o Projeto do Complexo do Alemão, uma parceria do Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro.

Visa a integração física e social de diversas comunidades por meio da ordenação urbanística, com obras de urbanização integrada, produção e melhorias habitacionais, implantação de teleférico integrado à malha de transportes urbanos e construção de equipamentos comunitários. Informações do Projeto:

Meta:	30 mil famílias beneficiadas	
ENTE	INVESTIMENTO	EXECUÇÃO
Prefeitura	107,7	75%
Estado	725,4	48%
TOTAL DO INVESTIMENTO	833,1	

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

Os destaques do Projeto são:

- Conclusão de Creche, de Clínica da Família e do Centro de Geração de Renda do bairro Joaquim de Queiroz em 30/12/2009.
- Conclusão da obra do Centro de Integração e Atenção à Saúde em 22/12/2009;
- Inauguração da construção de 192 unidades habitacionais na Av. Itaóca 1833 em 22/12/2009.